

Patrulhamento no Congresso

O GRAU DE acesso aos meios de divulgação pode determinar o êxito ou o fracasso de todos quantos se dedicam a atividades públicas - políticos, artistas, pregadores. Na Era da Comunicação em que vivemos, esse efeito exacerbou-se ao ponto de estabelecer um grau de dependência às vezes revoltante entre personalidades públicas e os seus divulgadores necessários, entre estes sobressaindo-se naturalmente os jornalistas.

É UMA SITUAÇÃO GRAVE, mas não irremediável. Tanto que, não se tendo perdido o senso moral na totalidade dos privilegiados com o exercício desse poder que a sociedade não lhes conferiu, e portanto é ilegítimo, cresce hoje no jornalismo a preocupação de consolidar princípios éticos cada vez mais rigorosos para neutralizar os efeitos daninhos da situação.

CASO TÍPICO desse abuso de poder é o patrulhamento ideológico. Trata-se de uma conspiração de silêncio, por meio da qual se condenam ao olvido as personalidades que por qualquer razão perderam as graças dos comunicadores de toda ordem.

O PATRULHAMENTO surgiu no período autoritário, como reação até compreensível aos abusos de um regime de censura férrea e tentativa quase permanente de manipulação da

informação segundo o interesse do poderoso do dia. Difícil controlá-lo, mais difícil ainda denunciá-lo, quase impossível puni-lo, nem por isso deixa a sua existência de ser claramente perceptível.

EM REGIME democrático, porém, no qual a sociedade exige a transparência dos atos públicos, o patrulhamento ideológico é simplesmente intolerável. Entretanto, ele sobrevive — e cada vez mais corrompido na sua razão de ser.

É O QUE se passa, por exemplo, neste momento, em Brasília.

OS POLÍTICOS precisam da divulgação como precisam de ar e alimento. O silêncio sobre suas atividades equivale a uma sentença capital. É comum que a sua presença nos órgãos de divulgação varie de intensidade, segundo a intensidade da atuação de cada um, mas o resultado final costuma ser de equilíbrio. A não ser que todos os divulgadores decidam pelo silêncio.

PORQUE necessitam de que suas atividades sejam amplamente conhecidas, os políticos abrem suas portas aos jornalistas. Sobretudo no Congresso Nacional, instituição historicamente franqueada sem restrição alguma a repórteres, comentaristas, fotógrafos, enfim, toda a gama dos profissio-

nais de comunicação. Mesmo quando submetido às mais duras críticas — até porque, por ser desarmado, deixa de inspirar qualquer receio mesmo aos menos destemidos — o Congresso nunca opôs restrição alguma ao trabalho jornalístico.

TAL VANTAGEM implica um dever moral dos jornalistas. O de só usá-la para o melhor cumprimento dos seus deveres, sem jamais derivá-la para a tentativa de arrancar vantagens pessoais ou grupais graças a uma intimidade que para ser decente tem que ser estritamente profissional.

NÃO É O QUE acontece neste momento nos corredores do Congresso. Grande parte dos jornalistas ali credenciados organizaram-se num tipo de lobby — vergonhoso porque não declara essa condição — que não hesita em descer ao nível de chantagem sobre parlamentares para obter vantagens, até na forma de leis, sob pena de condená-los ao patrulhamento ideológico.

LAMENTAMOS que haja políticos que se curvem a tais processos, pois ajudam com sua fraqueza a que se consolidem práticas vergonhosas. Mas fiçamos todos alertas para as ameaças à liberdade que estão embutidas nesse processo de auto-rebaixamento moral de tantos jornalistas.